

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

Cátia Teixeira¹

O Governo entendia que, se cedesse, cair-se-ia num ciclo vicioso, pois o aumento de salários provocaria, fatalmente, um aumento do custo de vida, prejudicial para todos.

Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*

O impacto da Segunda Guerra Mundial veio abalar os alicerces do regime que se constituiu e consolidou ao longo da década de 30 do século XX, tendente à repressão e eliminação das tensões e contradições entre os diversos sectores da sociedade portuguesa. Através de um forte enquadramento ideológico e de uma política preventiva e repressiva, conseguiu travar o movimento operário, alcançando a paz nas ruas. Contudo, o conflito mundial iria ter em todos os países envolvidos, mesmo aqueles que mantiveram a sua neutralidade ao longo do período, um forte impacto económico, político e social. Devido ao alcance totalizante dos efeitos da guerra em todos os sectores da sociedade assistir-se-á, neste período, a um conjunto de factores que vieram desestabilizar a já precária vida do operariado português: a inflação e o facto de os salários não acompanharem o aumento do custo de vida; o racionamento; a redução dos dias de trabalho como consequência do acesso limitado das fábricas ao às matérias-primas; a especulação nos preços e o desvio de bens de primeira necessidade para mercados paralelos. Em simultâneo, a percepção das desigualdades sociais aumentava e a organização corporativa parecia não corresponder às reivindicações operárias. Os órgãos do governo tentaram cortar a contestação na sua raiz: através de uma política de censura nos jornais, com as notícias sobre os acontecimentos do conflito

¹ Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BD/90168/2012; investigadora integrada no IHC/FCSH-UNL.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

mundial e as suas consequências a serem efectivamente filtrados.

A Covilhã era, no início dos anos 40, o mais importante centro têxtil de lanifícios do País. Em finais de 1940, “com o fundamento do actual estado de crise industrial, que além de originar grande número de desempregados, [a indústria de lanifícios] reduziu a 4 dias de trabalho por semana a quasi totalidade dos que se empregam nas oficinas”: nos lares dos operários não entravam “50% dos proventos colhidos no ano anterior”, onde o custo de vida era “mais elevado que em Lisboa e Porto². Paralelamente, a mendicidade na cidade da Covilhã estava a “aumentar assustadoramente”, devido à crise na indústria³.

A Covilhã, sendo um meio industrial, correspondia a “todas as vantagens e todos os seus defeitos”, segundo o delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP) daquela cidade⁴. Os defeitos passavam pelo altíssimo custo de vida e pela consideração de “que os proletários da Covilhã são dos trabalhadores mais irrequietos do país, sendo certo que é entre êles que as ideias subversivas melhor éco encontravam, tomando em consideração que o seu nível cultural é defecientíssimo”⁵. A irregularidade da distribuição, a carência, o alto preço e a inexistência de bens de primeira necessidade causavam uma grande agitação: por um lado, de ordem política, uma vez que os operários da Covilhã culpavam o “governo da Nação pelo facto de na mercearia não lhe fornecerem azeite” e, por outro lado, de ordem social, na medida em que “pretendem um aumento de salários para adquirir os géneros que pelo seu preço lhe são inacessíveis”, o qual o delegado do INTP considerava que não era “manifestamente solução aceitável, pelo círculo vicioso que determina”⁶.

À margem da política económica do Governo, alguns sectores do patronato da indústria de lanifícios estariam dispostos a conceder um aumento salarial aos operários. Não será por acaso, como bem assinala Fátima Patriarca, que a boa vontade do patronato floresça durante a Segunda Guerra

² Cópia da exposição entregue ao subsecretário de Estado das Finanças pelo SNPILC, em 6 de Novembro de 1940, ADCB, GCCB, corresp. recebida, caixa 15.

³ A mendicidade na cidade era proibida e os pobres eram internados no Albergue dos Inválidos de Trabalho, que existia na Covilhã. Carta da PSP para o governador civil, de 11 de Dezembro de 1941, ADCB, GCCB, corresp. recebida, caixa 15.

⁴ Carta do delegado do INTP na Covilhã ao governador civil, de 23 de Agosto de 1946, AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

Mundial⁷: embora pesassem constrangimentos económicos, será neste período que se dará o aumento da exportação, tanto em termos de volume quanto em termos de lucro, e os negócios menos lícitos aumentam, com um paralelo e vivo mercado negro⁸.

Para além dos industriais, a nível individual, também as organizações patronais, a nível colectivo, estavam empenhadas nesse aumento: é o caso do Grémio da Covilhã e do Grémio do Sul, as associações de industriais mais importantes no que tocava ao sector têxtil de lanifícios a nível nacional. Esta posição por parte dos Grémios da Covilhã e do Sul foi consequência de um conturbado período nas relações entre dois eixos: por um lado, estes dois grémios e a Federação Nacional da Indústria de Lanifícios, FNIL (que congregavam os interesses dos diferentes grémios regionais), e por outro, os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra⁹.

Após uma tentativa de cartelização em 1931, abarcando os industriais de lanifícios da Covilhã (congregados em torno da Associação Industrial e Comercial da Covilhã), estes irão organizar-se na Secção de Lanifícios da Associação Industrial Portuguesa que, através da revista que publica, será um dos órgãos fundamentais para a difusão da ideologia modernizante da indústria. Em 1936 é fundada a FNIL, que, constituída através do *lobby* industrial, vai promover a grande concentração industrial. Neste sentido, veio estabelecer uma linha divisória entre os pequenos e os grandes industriais. Uma vez que a presidência da direcção da FNIL recaía habitualmente naqueles que fossem mais sensíveis aos grandes interesses na indústria de lanifícios, aos quais correspondia o Grémio da Covilhã e o Grémio do Sul, ficaria patente que a FNIL não conseguiria congrega os diferentes interesses na indústria de lanifícios do País: primeiro porque veio “separar os grandes dos pequenos” (a inscrição nos grémios obrigava a ter pelo menos três teares mecânicos) e, depois de aumentados os seus poderes na regulação da actividade laneira, estabelecendo “os salários, as matérias-primas e a sua

⁷ Patriarca (1995), p. 648.

⁸ Sobre a situação da indústria de lanifícios à época, o aumento das exportações e dos lucros relacionados e os negócios mais ou menos lícitos ver: Teixeira, Cátia, “As greves na indústria de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: o início da agitação operária durante a Segunda Guerra Mundial”, tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL, Novembro de 2012 [policopiado em acesso online: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20Cátia%20Teixeira.pdf>.]

⁹ Pinheiro (2008), p. 298.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

própria organização económica”¹⁰, as tensões entre o Grémio da Covilhã e os outros viriam a aumentar. Este grémio representava os industriais da Covilhã, que detinham uma produção de grande escala, onde “pontuavam já as modernas fiações de penteado”¹¹. Nos Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, por seu lado, persistia uma indústria pouco desenvolvida e a lã empregada nos trabalhos era de menor qualidade (lã para cardar). Estes dois grémios, juntamente com o Grémio do Norte, tinham pouco peso económico, representando cerca de 30% dos interesses industriais do País. Aos industriais da Covilhã e do Sul corresponderiam os outros 70%¹².

A 7 de Julho de 1941, como resposta às exigências do Governo, a Direcção da FNIL é levada a aprovar o imposto patronal para a Caixa Sindical de Previdência, que corresponderia a 8% do salário pago aos operários. Imposto esse que já havia sido previsto no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) de 1939, mas ainda não tinha entrado em vigor. A razão apontada para que o imposto, previsto em 1939, ainda não estivesse a ser cobrado tinha que ver com a situação anormal que estaria a viver a indústria no início do conflito mundial¹³.

Nessa altura, os Grémios da Covilhã e do Sul interpuseram a sua discordância com o imposto adicional devido ao patronato, sugerindo que, “em vez de se pôr em vigor a taxa de 8%, com destino à previdência, se devia antes proceder a uma revisão dos mínimos”¹⁴, propondo um aumento salarial ao operariado de 10%¹⁵.

A troca do imposto patronal por um aumento salarial beneficiaria os industriais, de acordo com a argumentação dos respectivos Grémios da Covilhã e do Sul: trocavam os 8% de imposto patronal devido à Caixa

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Idem.*

¹² Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre, ao presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, n.º 5, NT 7.

¹³ Circular da Comissão Permanente da Revisão do CCT para a ETL, CDAH/ML-UBI.

¹⁴ Carta do Presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

¹⁵ No CCT de 1939 já tinha sido acordado o pagamento patronal de 5% para a Caixa Sindical de Previdência e outros 5% devidos ao operariado. Segundo Patriarca (1995, p. 575): “os operários trocam, em 1939, o aumento de salários pela sua comparticipação para a Caixa que ficaria a cargo dos patrões”. Mas, a Caixa não chega a ser criada nesta altura e o patronato vai economizar os 10% e não procede, contudo, a nenhum aumento de salário. Sobre o despacho dos 8% cobrados à entidade patronal ver: carta do delegado do Governo na FNIL, João Ubach Chaves, às empresas de lanifícios, de 7 de Julho de 1941. CDAH/ML-UBI.

Sindical de Previdência por um aumento de 10% nos mínimos dos operários, mas apesar de terem um encargo de 2% com a respectiva troca, esse valor era dirigido a um operariado em risco de ruptura com o patronato e o Governo. Desta forma, a produtividade aumentaria, as sabotagens diminuiriam e os ânimos e tensões presentes no seio operário acalmar-se-iam¹⁶.

É por esta altura, em Julho de 1941, que os operários da Covilhã dirigiram um manifesto ao Sindicato Nacional no sentido de lhes ser aumentado o salário, devido à alta do custo de vida e ao encarecimento dos bens de primeira necessidade. No mesmo sentido, os industriais da Covilhã recebiam inúmeros pedidos de ajuda dos seus operários. A Empresa Transformadora de Lãs, na correspondência que mantém com a FNIL, refere o facto de os operários, repetidamente e em comissão, fazerem chegar pedidos de melhoria de salários de forma “a atenuarem um pouco o insuportável agravamento do custo de vida”¹⁷. A empresa, que estava “continuamente a abonar-lhes dinheiro para acudir a necessidades urgentes, como renda da casa, etc.”¹⁸, reconhecia a justiça do pedido de aumento salarial do operariado e solicitava ao presidente da FNIL que estudasse o caso atempadamente.

O patronato não estava, no entanto, unanimemente de acordo na questão do aumento salarial. Os industriais representados pelo Grémio de Gouveia e de Castanheira de Pêra retorquiam que o aumento do salário mínimo deveria estar fora de questão. A solução, para estes industriais, deveria passar por uma de duas alternativas: ou a diferenciação salarial (para os diferentes grémios) ou a implementação do subsídio pontual às famílias mais necessitadas – uma medida mais conforme aos interesses da política económica do Governo. Nem uma nem outra medida foram aceites pelos Grémios da Covilhã e do Sul. Por um lado, a diferenciação salarial traria, como consequência, a concorrência desleal e seria contrária aos princípios corporativistas, que vieram a limitar fortemente a concorrência beneficiando processos de concentração e acumulação, do qual o Grémio da Covilhã era um perfeito exemplo. Por outro lado, a questão do subsídio estava igualmente fora de questão, uma vez que era necessário encontrar uma solução que fosse

¹⁶ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

¹⁷ Carta da ETL para a FNIL, de 14 de Fevereiro de 1942. CDAH/ML-UBI.

¹⁸ *Idem*.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

total e que englobasse o conjunto dos trabalhadores de lanifícios¹⁹.

No entanto, a questão do subsídio pontual estava mais conforme à política económica durante o conflito mundial. Um aumento global para o conjunto do operariado era, nesta altura, incompatível com a política económica do Governo²⁰:

sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente (...) as razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do poder ou magia da liberdade.²¹

Posto isto, a direcção da FNIL decidiu seguir em frente com o imposto de 8% devido pelo patronato, “num intuito conciliador”²² entre os diferentes grémios. Mais tarde, a FNIL assume, em comunicado ao INTP, que

“foi um êrro essa transigência da Direcção da Federação, pois está averiguado, por declaração posterior da Direcção do Sindicato da Covilhã que, tendo-se feito, então, a revisão preconizada, a qual se traduzia num aumento de 10% sôbre os mínimos do Contrato, se teria evitado a eclosão do movimento operário da Covilhã, em Novembro seguinte”²³.

De facto, em Novembro de 1941, os operários entrariam em greve. O operariado da Covilhã e arredores havia iniciado as suas *démarches* tendo em vista as reivindicações por melhorias salariais já em Junho de 1941. De facto, é sensivelmente a partir do ano anterior, em Julho de 1940, que os efeitos da guerra se começam a fazer sentir de forma mais intensa na vida económica e social de Portugal, país que, a partir daquele momento, passou a ser considerado como “neutro adjacente”.

É neste particular contexto que a política económica de guerra e o bloqueio económico acentuam a sua pressão sobre os países neutrais. O atraso no estabelecimento do tabelamento de géneros, o racionamento das importações através de quotas em níveis inferiores aos das necessidades habituais, os maus anos agrícolas de 1940 e 1941, a exportação legal ou de

¹⁹ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

²⁰ *Idem.*

²¹ Salazar (1943), p. 323.

²² Carta do Presidente da FNIL para o Presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

²³ *Idem.*

contrabando de bens para a Alemanha, o açambarcamento e o mercado negro vão fazer que, no Outono de 1941, se dê a rarefacção dos produtos e dispare a inflação no País²⁴.

É então que o Sindicato Nacional (SN), por parte do INTP, fará chegar ao conhecimento dos operários da indústria de lanifícios, no mês de Setembro, a existência de “umas fichas que deviam ser preenchidas pelos operários e onde deveriam constar as condições da vida de cada um deles”²⁵. De modo a minimizar a contestação social, a proposta do INTP vinha ao encontro do preconizado pelos Grémios de Gouveia e Castanheira de Pêra e passava por conceder um aumento pontual para suprir as necessidades daqueles operários que mais dificuldades apresentavam, chamado de subsídio familiar. A concessão deste benefício salarial seria realizada “não arbitrariamente, mas sim sobre uma base de justiça em que se atenda ao grau de necessidade do beneficiário, determinado pelo maior ou menor salário, encargos de família, etc.”²⁶. A demonstrar a difícil situação dos operários de lanifícios, “foram inúteis todos os avisos, comunicados e pedidos de comparência no sindicato, onde nem um operário compareceu para preencher as fichas”²⁷ do INTP, com as quais este instituto estudaria o aumento pontual do salário a alguns operários. A reivindicação tornara-se comum a todos os trabalhadores da lã: desejava-se um aumento para todos e não para alguns.

Os trabalhadores da lã insistem, criam uma comissão de operários e fazem chegar um relatório entregue à direcção do SN, no qual se pedia “o interesse do Estado as suas reivindicações”²⁸, e onde se encontrava explícito o problema do salário que auferiam ser insuficiente para suprir as necessidades mais básicas de uma família operária.

Os operários, esperançosos numa resposta rápida às suas reivindicações, mas que tardava a chegar, agendaram uma reunião com o SN para obter uma resposta dos órgãos corporativos ao pedido de aumento salarial. Surgindo rumores de que o pedido de aumento salarial ainda não havia sido enviado ao INTP, o operariado começara a perder a esperança depositada na direcção do SN, que acusavam de ter metido o manifesto dos trabalhadores “no

²⁴ Sobre esta fase da guerra ver: Rosas (1990), pp. 49-75.

²⁵ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

²⁶ Circular do GILC, de 1 de Setembro de 1941. CDAH/ML-UBI.

²⁷ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

²⁸ *Idem.*

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

arquivo”²⁹. É decretada a greve³⁰.

Pelas 14 horas do dia 5 de Novembro, uma multidão de operários e operárias invadia a Fábrica Alçada, com o intuito de dispersar os colegas que nela se mantinham a trabalhar³¹. Dez operários serão presos à saída das fábricas. Os restantes serão presos como consequência de denúncias e um outro, nas manifestações de rua. É chamado um investigador da PVDE à cidade, que dará início aos interrogatórios.

No dia seguinte, a 6 de Novembro, pela manhã, diversas patrulhas policiais encontravam-se nos portões das fábricas da cidade para permitir o normal funcionamento das mesmas. Mas os operários não compareceram às oito horas, como habitualmente, para dar início a mais um dia de trabalho. A ordem tinha sido interrompida e os operários tinham decididamente levado a greve avante: não se haviam deslocado até aos seus locais de trabalho mas seguido até ao largo central da cidade – local simbólico pela sua centralidade e por lá albergar a sede da administração do concelho e o comando e esquadra da PSP, onde os guardas mantinham os operários presos no dia anterior.

A “grande multidão de ambos os sexos” que se dirigira em grande “algazarra e atitude hostil”³² até ao Largo do Pelourinho era encabeçada por mulheres e crianças, surpreendendo a PSP e a GNR, que tinha um diminuto contingente disponível para fazer face aos milhares de operários que até lá se deslocaram³³.

Eram cerca de “4 ou 5 mil amotinados que pretendiam assaltar a esquadra de Polícia e dar fuga aos operários que lá estavam presos”³⁴, segundo António Ramos Paulo, o tenente que redigiu o relatório da GNR sobre o movimento grevista. Os guardas da PSP e os soldados da GNR tentaram travar o avanço da multidão, fazendo um cordão à frente do Comando da PSP. Depois de assistir às agressões de mulheres que continuavam à frente dos homens nos avanços até à esquadra, António

²⁹ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941, ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³⁰ Auto de declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941, ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³¹ Cópia do relatório do comandante da GNR da Covilhã, de 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, *op. cit.*

Mendes Alçada, “um operário dos mais exaltados”, lançou as mãos à espingarda de um dos guardas³⁵. Após ter sido atingido com a coronha da espingarda, foi enviado para os calabouços da Polícia e de lá seguiria, juntamente com os seus colegas e sob a tutela da PVDE, para a prisão de Caxias. Ao verem que mais um dos seus tinha sido detido, os operários, as operárias e as suas famílias exaltaram-se, “redobrou a vozearia” e, como o Largo do Pelourinho se encontrava em obras, lançaram mãos às pedras da calçada e arremessaram-nas contra as forças policiais. Ao som dos tiros e com a chegada dos reforços policiais, “o largo foi limpo de insurrectos, começando então a dispersar das embocaduras das ruas aquêles que para ali tinham ido”. Os soldados “que mais se distinguiram no conflito” foram posteriormente recompensados³⁶.

No entanto, a greve prolongar-se-ia. As autoridades administrativas e policiais, vendo que os seus esforços para acabar com a greve não surtiam efeito, mandariam chamar um “grupo de operários, dos mais preponderantes, que resolveram redigir um manifesto aos trabalhadores das Fabricas”³⁷.

Este manifesto, que incitava os trabalhadores a regressarem às fábricas com a promessa dos seus redactores de interceder junto de quem tinha poder de decisão a favor das reivindicações dos operários, foi redigido por diversos elementos que se sabiam ligados ao anarco-sindicalismo e que, segundo os agentes da PVDE, embora “aparentem estar fora de qualquer actividade revolucionária, alcançaram essa preponderância em virtude de quasi todos êles terem tido actividade politica”³⁸. Alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estado em tempos presentes nas direcções da extinta Associação de Classe (AC).

O facto de as autoridades terem recorrido, em desespero de causa, devido à incapacidade de resolverem o problema da agitação social, aos membros da extinta AC – que tinha ligações aos anarco-sindicalistas, dos mais proeminentes e ligados à actividade política – será criticado quando da redacção do relatório da PVDE³⁹. Quando se trata de problemas relativos ao operariado, os

³⁵ Declaração do guarda da PSP Joaquim Martins, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941. Ver ainda Auto de Perguntas de António Mendes Alçada, a 27 de Novembro de 1941, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³⁶ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, *op. cit.*

³⁷ Manifesto de um grupo de operários, *in* Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941.

³⁸ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941.

³⁹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

mediadores por excelência no Estado Novo deveriam passar pelo SN ou pelo INTP. Ora isso não sucede, uma vez que estas instituições se colocam, voluntária ou involuntariamente, à margem dos acontecimentos⁴⁰. É assim natural o que se encontra no parecer do relatório da PVDE, segundo o qual “teria sido mais natural que tivesse tratado do caso uma entidade oficial”⁴¹.

Esta incapacidade interventiva do SN, dos grémios e federação patronais e do INTP nas greves da Covilhã vai anunciar o total fracasso do poder conciliador atribuído a estas estruturas ao nível da resolução dos problemas salariais e na contenção dos movimentos grevistas ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Após o movimento grevista de Novembro, a direcção da FNIL foi, com a autorização do INTP, incumbida de estudar a revisão do CCT, marcado para os dias 27 e 29 de Novembro, com a presença dos respectivos grémios regionais⁴². Nesta altura, todos os grémios, pressionados pela urgência da situação e pelas perdas económicas que as greves causavam às suas indústrias, deram a sua autorização para que se estudasse o aumento salarial, satisfazendo “as reivindicações operárias, que uma greve havia posto em equação”⁴³.

A 4 de Dezembro, a direcção da FNIL, autorizada pelos grémios que representava, e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios (FNSPIL) propuseram-se assinar a revisão do CCT, o qual estabelecia o aumento dos salários dos operários de lanifícios em 20%⁴⁴, a única solução “viável, de urgência, que se procurava”⁴⁵. O desconto patronal de 8% para a Caixa mantinha-se, por ordem expressa do subsecretário Estado das Corporações e da Previdência Social, Trigo de Negreiros⁴⁶. Porém, nesta data, as alterações ao CCT não receberam a homologação necessária por parte de Trigo de Negreiros⁴⁷. Segundo a FNIL, tal oposição deveu-se aos entraves

⁴⁰ Acta da Secção Feminina do SNPILC, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

⁴¹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

⁴² Carta do presidente da FNIL, para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 15 de Janeiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁴³ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 24 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁴ Alterações ao CCT acordadas em 4 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁵ Carta do presidente da FNIL ao presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁴⁶ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 15 de Janeiro de 1942, *op. cit.*

⁴⁷ Cópia do despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social sobre

colocados, uma vez mais, pelos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e agora também o Grémio do Norte. Estes três grémios, devido a o aumento salarial ser superior àquele que julgavam que iria ser decretado, discordaram da sua alteração, “paladinos de uma diferenciação de salários”⁴⁸ e vão jogar a sua mais forte “cartada”: acusar a FNIL de não ter autoridade no seio do estado corporativo para representar todos os grémios da indústria de lanifícios. O facto de o desconto patronal de 8% para a Caixa não ter desaparecido com o aumento salarial, por ordem de Trigo de Negreiros, que não abdicava do imposto, também deve ter causado apreensão aos respectivos grémios.

O INTP reforça a posição dos grémios que se insurgiram contra o aumento: a justificação por parte do INTP para a não homologação do CCT passava pela falta de autoridade que detinha a FNIL para o alterar e por estas decisões passarem apenas e tão só pelas direcções dos grémios e pela FNISPIL⁴⁹. O Estado vinha, deste modo, substituir-se à “livre contratação entre as partes – cujos instrumentos normais eram as convenções colectivas (...). Prática que, no contexto da guerra, iria sobretudo ser utilizada para impedir o patronato de, em certas ocasiões, conceder aumentos salariais”⁵⁰.

Esta decisão arbitrária do INTP constituiu uma surpresa no meio patronal da Covilhã, onde estava sedeadada a FNIL: a direcção da FNIL havia sempre assumido o papel de regulador dos salários, das matérias-primas e da organização económica dos lanifícios. Tinha vindo a estabelecer, desde 1936, os salários mínimos, o regime dos quadros permanentes do pessoal na secção de tecelagem e em 1939, o CCT. Em todas estas situações tinha sido a direcção da FNIL, com a autorização do INTP, o mediador principal com a FNISPIL, nas questões que regulamentavam o trabalho.

Porém, neste contexto de grave crise económica e social, ao Governo interessava, sobretudo, adiar o mais possível a subida salarial dos operários. Era uma questão de não quebrar a máxima, estabelecida no início do conflito, de estabilização produtiva e económica. Apesar de tudo, o peso dos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e do Norte representava apenas 30% da

a capacidade das federações para assinarem contratos colectivos de trabalho, de 29 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁸ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Rosas (1990), p. 360.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

indústria a nível nacional, e havia industriais muito mais influentes do lado oposto, principalmente no que tocava ao Grémio da Covilhã, mas o Governo estabeleceu a sua distância quando os interesses destes colidiam com os seus interesses políticos e económicos. Este atraso nas negociações da revisão do CCT, preconizado pela falta de autoridade corporativa apontada à FNIL, era assim favorável ao Governo, que não desejava voltar atrás com os planos estabelecidos desde início. Não foi apenas na Covilhã que tal veio a suceder: no mesmo período, começavam a despontar diversas reivindicações noutros sectores económicos e, mais uma vez, fora proibido ao patronato iniciar as respectivas *démarches* para os aumentos salariais⁵¹.

Surge, desde modo, uma tensão latente entre a FNIL e os Grémios da Covilhã e do Sul, de um lado, e o Governo e os restantes grémios, do outro. A FNIL responde ao parecer do INTP e à não homologação do contrato preconizada por Trigo de Negreiros, que o considera um acto “menos lógico”, expressando “a mágoa perante a situação”⁵² que o subsecretário havia criado com esse despacho incompreensível: nunca havia sido colocada em causa, até àquele momento, a capacidade jurídica da FNIL. Se Trigo de Negreiros esperava “das iniciativas desencontradas dos Grémios uma solução equilibrada do problema” parecia, ao presidente da FNIL, “um critério de perigosas consequências, por consagrar a confusão e a dispersão de esforços, além de representar um golpe profundo na disciplina corporativa que à Federação” cumpria manter e salvaguardar⁵³.

A FNIL vai, após estes acontecimentos, interpor um recurso ao despacho exarado por Trigo de Negreiros que proibia a elevação dos salários por parte desta federação. É nomeado para a função de procurador desse recurso o Dr. José Ribeiro, professor de Coimbra, mas a FNIL é obrigada a desistir quando o delegado do Governo na federação, João Ubach Chaves, ameaça com o seu veto, caso prosseguissem com a intenção. Deste modo, em Janeiro de 1942 – depois de mais um movimento grevista na Covilhã, em Dezembro do ano anterior (e onde foram presos mais de meia centena de operários e operárias, enviados posteriormente para Caxias) e com a ameaça dos operários de recorrerem novamente à paralisação caso as reivindicações não fossem

⁵¹ Papel volante do PCP, Abril de 1942, in ASTITSBB.

⁵² Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵³ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, de 15 de Janeiro de 1942, *op. cit.*

atendidas –, o presidente da direcção da FNIL “apenas ia verificando, com maguada surpresa, que se deixava arrastar a situação, sem qualquer medida, ao menos de emergência”⁵⁴.

Entretanto, as tensões na Covilhã agudizavam-se. É deliberado, em Fevereiro de 1942 e a título individual, o aumento dos salários por um conjunto de industriais de três empresas da cidade, sem autorização do respectivo grémio, da FNIL ou do INTP, isto é, à margem da organização corporativa. A ameaça latente de greve por parte do conjunto dos operários da Covilhã, apoiado pelo operariado de diversas regiões industriais próximas, e a falta de produtividade que se verificava nas indústrias eram algumas das razões para essa subida salarial. Também os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, sentindo provavelmente a incapacidade de manter a posição inicial de não aumento de salários, começam a reunir-se para estudar a possibilidade de alteração ao CCT, embora em valores inferiores aos estudados em Dezembro pela FNIL e pela FNISPIL⁵⁵.

Os Grémios da Covilhã e do Sul, “em íntima colaboração” com a FNIL, “tinham decidido aguardar que o assunto fosse superiormente decidido. Confiaram em que o Estado, a quem o Estatuto do Trabalho Nacional confere o direito e impõe a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, desse ao problema, urgentemente, uma solução justa e legal”⁵⁶. Como tal tardava em acontecer, sabendo da intenção dos Grémios de Castanheira de Pêra e Gouveia, as direcções dos Grémios da Covilhã e do Sul decretam o aumento de salários, a 21 de Fevereiro de 1942, e sem o prévio aval do subsecretário do INTP, colocando-o imediatamente em vigor: um aumento de 20% nos salários mínimos, “no intuito de salvarem o prestígio da organização e atalharem a repetição do movimento operário, que de novo se esboçava”⁵⁷. A justificação apresentada por parte destes grémios tinha que ver com diversas questões:

a) A reparação de uma injustiça salarial, sendo que o carácter de um subsídio pontual aos operários, como justificação de um estado transitório de inflação devido à guerra, não era suficiente para uma situação de base que se

⁵⁴ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵⁵ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵⁶ Cópia da circular dirigida pelos Grémios da Covilhã e do Sul aos respectivos agremiados, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁵⁷ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

desejava transformar⁵⁸;

b) Ser um problema que se desejava solucionar há bastante tempo, e que só não o tinham feito logo em 1937 para que as indústrias se pudessem adaptar⁵⁹. Em Julho de 41, considerando que as indústrias tinham já tido tempo suficiente para proceder às alterações necessárias no intuito de aumentar significativamente o salário mínimo, era já a intenção dos respectivos grémios aumentar os salários em 10% e cancelar o imposto patronal de 8%;

c) Que, após o movimento grevista de Novembro e justificados os fundamentos do operariado, foi manifestado pelo INTP a intenção de se estudar o aumento salarial⁶⁰;

d) O haver-se prometido ao conjunto dos operários uma resposta às reivindicações apresentadas em Novembro e que o segundo movimento grevista, de Dezembro, não era mais do que a consequência de sucessivos atrasos das instituições envolvidas na resolução do problema⁶¹;

e) A existência de um permanente estado de “alteração da ordem e consequente intranquilidade nos espíritos”⁶²;

f) O facto de o rendimento do trabalho ter baixado significativamente, “origem de constantes prejuízos na quantidade e qualidade da produção”⁶³;

g) O problema motivado por várias empresas que, individualmente, elevaram os salários e as perturbações que isso provocara nos trabalhadores não afectados pelas medidas. Como consequência desta situação, ter-se verificado mais uma paralisação do trabalho na Fábrica António Maria das Neves & Irmão, no dia imediatamente anterior a esta decisão dos grémios, por não verem os seus salários aumentar;

h) Pela razão de “velar pelo prestígio dos organismos que dirigem” e defender a “ordem corporativa que através de tudo, contra tudo e contra todos”⁶⁴ os grémios se esforçavam por manter;

i) Que, apesar de terem confirmado não adoptar nenhuma medida

⁵⁸ Cópia da acta da reunião conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁵⁹ Cópia da acta da reunião conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, *op. cit.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Idem.*

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ *Idem.*

diferente da que viesse a vigorar nos outros grémios, a circunstância exigia uma solução de urgência e que as respectivas direcções, com autorização dos seus agremiados, tinham plena autoridade jurídica para alterar o CCT, apesar de assim o não considerar o subsecretário do INTP.

Tomada a decisão de aumento salarial, os agremiados da Covilhã tinham só um pedido a fazer: que o procedimento fosse realizado sem que se desse mostras ao operariado de que o aumento salarial de 20% não correspondia a uma cedência em consequência das greves de Novembro e Dezembro de 1941. Para o patronato continuava a ser determinante demonstrar que, apesar de acharem justas as reivindicações dos seus trabalhadores, e também porque a paralisação do trabalho acarretava duras quebras nos lucros empresariais das respectivas empresas, a greve continuava a ser proibida e duramente repreendida moral e juridicamente⁶⁵.

Apesar dos motivos apresentados e enviados a Trigo de Negreiros, os Grémios da Covilhã e do Sul são duramente repreendidos por “exceder a competência legal dos mesmos Grémios, visto os salários mínimos só poderem ser fixados por despacho ministerial ou por via corporativa e nunca por deliberação unilateral de um organismo corporativo”⁶⁶. Desta forma, a circular que decretava um aumento salarial para os operários da indústria de lanifícios da Covilhã representava, segundo o INTP, “um nítido acto de indisciplina contra o Governo”⁶⁷. Como vimos anteriormente, ao Estado cabia o papel de árbitro supremo como intérprete do verdadeiro interesse nacional e como tal, insurgia-se contra alguns patrões que “‘por pusilanimidade’ ou ‘cobardia’ se apresentavam a ceder aos pedidos de aumento ou a contemporizar com os grevistas”⁶⁸.

Este “acto de indisciplina” perante a organização corporativa demonstrava, uma vez mais, os problemas do sistema, tal como havia ficado patente em diversos momentos:

- a) Pelos operários que tinham paralisado o seu trabalho;
- b) Pelo sindicato que, vendo-se sem forças para fazer que o operariado regressasse às fábricas, acode a uma comissão de operários (liderada por conhecidos anarco-sindicalistas) para que esta mediasse o

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Carta da FA para o INTP, de 3 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI.

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ Salazar citado in Rosas (1990), pp. 360-361.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

conflito entre o operariado e o Governo, sendo duramente repreendido pelo INTP e pela PVDE;

- c) Pelo patronato, em diversas instâncias: a título individual, fazendo subir os salários sem a autorização governamental; pelo Grémio da Covilhã que decreta o aumento salarial de 20% sem ter igualmente a respectiva autorização do INTP; pela FNIL que, sabendo dessa intenção, não move esforços para a impedir e, provavelmente, até a impulsiona. As relações, que se acreditavam amistosas, entre os patrões e o aparelho estatal são postas em causa com os acontecimentos na Covilhã.

No entanto, apesar da discordância do Governo com as posições tomadas por parte do Grémio e da FNIL, o aumento global de 20% na indústria de lanifícios é decretado logo no mês seguinte, a 13 de Março de 1942, por despacho ministerial.

Tentava-se, no último momento, reparar uma situação que havia chegado longe de mais e que se tornara irreversível. O salário mínimo havia sido aumentado (por parte dos industriais em nome individual e pelo Grémio da Covilhã) e, caso o Governo tentasse reverter a situação, baixando novamente o seu valor até decisão conjunta dos grémios regionais e da FNSPIL, a situação na Covilhã tornar-se-ia explosiva. Agora, não eram só os operários que ameaçavam a organização corporativa mas igualmente o patronato industrial da Covilhã e o seu poder no seio do Estado corporativo: os equilíbrios, palavra tão cara ao Estado Novo, tinham de ser restabelecidos e a autoridade do Governo frisada, através do despacho ministerial, que mimetizava aquilo que já havia sido decidido pelo grémio. No entanto, embora a situação na Covilhã tenha sido controlada durante algum tempo (algumas greves voltariam a despontar naquela cidade antes do final do conflito), muitos outros operários e trabalhadores rurais, um pouco por todo o País, começavam a agitar-se: iniciava-se assim a primeira grande crise que o Estado Novo teve de enfrentar.

Contudo, os industriais não ficam a perder com este aumento salarial. Logo após o aumento de 20%, as indústrias da Covilhã vão “aumentar em 30%” os preços dos seus produtos, pelo “encargo considerável” do aumento dos salários dos operários e dos restantes encargos da indústria com

combustíveis e acessórios⁶⁹.

Referências

Fontes:

Arquivo Distrital de Castelo Branco:

- Fundo: Governo Civil de Castelo Branco

Centro de Documentação / Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (CDAH/ML-UBI)

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil do Sector da Beira Baixa (ASTITSBB)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

- Fundo: PIDE / DGS

- Fundo: Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)

Arquivo do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (AMSSS):

- Pasta INTP – Covilhã

Bibliografia:

Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1985.

Patriarca, Maria de Fátima, *Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal | Espanha*, Vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008.

Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1990.

Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Volume III, Coimbra Editora, Lda., 1943.

Teixeira, Cátia, “As greves na indústria de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: o início da agitação operária durante a Segunda Guerra Mundial”, tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL, Novembro de 2012 [policopiado em acesso online: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20Cátia%20Teixeira.pdf>]

⁶⁹ Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI.